

# Imigração alemã no Brasil

VALDIR GREGORY

## INTRODUÇÃO

■ Abordar o assunto da imigração alemã no Brasil numa edição especial dos Cadernos Adenauer, no âmbito das “Relações Alemanha-Brasil” e no contexto do ano Alemanha-Brasil, possibilita trazer ao debate aspectos de longa duração a respeito das relações entre estas nações. Estas relações são antigas, pois o Brasil foi “visitado, explorado e estudado” por falantes da língua alemã desde o período da presença de europeus no continente americano.<sup>1</sup>

A presença de alemães no Brasil implica em migrações. Alemães emigraram da Alemanha para o Brasil. Assumiram a característica de emigrantes de e de imigrantes em (no), ou seja, a de migrantes.

A migração *stricto sensu* pode ser concebida como a passagem física de um lugar para outro, uma experiência que abarca velhos e novos mundos e que continua por toda a vida do migrante e pelas gerações subsequentes. São processos em que migrantes se estabelecem em novas terras, podendo afetar estilos de vida que podem ser recriados e modificados.<sup>2</sup>

Vários aspectos podem ser considerados nesse ato de migrar. Neste texto, pretendo mostrar algumas motivações da saída da Alemanha e fatores de atração para o Brasil, fornecer um panorama desse fenômeno, bem como os fluxos

1 Ver <http://www.rodrigotrespach.com/2013/01/01/ano-da-alemanha-no-brasil-2013-2014/>, acessado em 17/04/2013.

2 THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. *Revista Brasileira de História*. SP, vol., 22, n. 44, (p. 341-363), 2002, p. 341.

e a quantidade de pessoas por períodos. Atentar para vivências individuais e de coletividades em terras brasileiras. Tratar de relações entre imigrantes alemães e população brasileira, entre alemães e imigrantes de outras nacionalidades. Debater aspectos culturais e negociações identitárias. Outros aspectos poderiam ser tratados.

Este texto, então, contempla alguns dados a respeito da Imigração no Brasil, uma rápida análise e algumas opiniões do autor.

## PANORAMA GERAL

■ As migrações de alemães podem ser situadas no âmbito das migrações de europeus a partir da expansão marítima e comercial e da europeização da América. As áreas do atual território brasileiro eram habitadas por populações de culturas variadas que se convencionou denominar de indígenas. A partir do século XVI, a Europa, a África, o Oriente Médio e, mais tarde, a Ásia forneceram migrantes para tais áreas. Neste sentido, a formação da população brasileira foi um processo complexo no que tange às variadas procedências, às diversidades culturais, à ocupação de espaços e à formação de grupos étnico/culturais pelo território brasileiro. Tal processo, além das questões de espacialidade, ocorreu durante cinco séculos, sendo que a temporalidade se constitui em elemento importante nessa dinâmica populacional. Isso permite conceber a formação da população brasileira enquanto um processo de convivências, de conflitos, de intercâmbios, de influências, de resistências e de contribuições que interferiram nas negociações de identidades. Proponho pensar a presença dos alemães neste contexto.

## REGISTROS DO PERÍODO COLONIAL

■ Há referências sobre a presença de alemães desde o século XVI na colônia de Portugal. Pedro Álvares Cabral teria sido acompanhado, em sua frota, por dois alemães, um cozinheiro e um náutico (Meister Johann). Há registros de que religiosos missionários estiveram na colônia. Exploradores, viajantes, escritores, intelectuais, artistas, cientistas alemães constam em documentos diversos. Ulrich Schmidel, Hans Staden, Johan Baptist von Spix, Karl Friederich Philipp von Martius, Alexander von Humboldt (este teria sido impedido de permanecer no Brasil por suspeita de ser espião), Johan Moritz Rugendas, Georg Heinrich von Langsdorff, Otto Grashoff, dentre outros, estão mencionados em vasta bibliografia, sendo-lhes atribuídas significativas contribuições à formação na nação

brasileira.<sup>3</sup> Estas presenças de alemães neste período merecem esta rápida menção, podendo receber atenção maior em outros momentos, mesmo que tenham sido numericamente e relativamente pequenas diante dos indígenas, portugueses e africanos.

## A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL

■ A partir do século XIX, e principalmente com a emancipação política do Brasil na segunda década dos mil e oitocentos, a imigração entrou na pauta da (geo) política do Império brasileiro. Foi sendo adotada uma política de substituição do tráfico de escravos pela imigração de europeus com a finalidade de prover mão-de-obra para as lavouras de café, fornecer camponeses para núcleos coloniais que iam sendo criados e povoar os considerados “vazios demográficos” localizados em áreas fronteiriças. Organizações e estruturas estabelecidas em torno do tráfico negreiro, tais como empresas, embarcações, redes de contato e de negociações, foram (re)direcionadas para a viabilização de fluxos massivos de europeus para a América. São fenômenos de um mesmo sistema que passava por mudanças.

Por outro lado, somente uma pequena parcela da emigração europeia, entre ela a alemã, dirigiu-se para o Brasil, ou seja, em torno de 450000 num universo de mais de 3500000 de emigrantes europeus. De acordo com Lúcio Kreutz<sup>4</sup>, “até 1929, entraram no Brasil 1485000 italianos, 1321000 portugueses, 583000 espanhóis, 223000 alemães (*certamente falantes da língua alemã* – grifo nosso), 86000 japoneses.” Os demais se deslocaram para os Estados Unidos, Uruguai, Argentina, Austrália e para outros destinos.

A emigração de alemães se insere no contexto de motivações gerais da emigração europeia, causadas por transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. O crescimento do capitalismo industrial e a consequente decomposição dos liames feudais geraram um ambiente de repulsão populacional diante de uma fronteira aberta e diante do sonho da América. Acrescentando-se, ainda, o desenvolvimento do transporte ferroviário e da navegação a vapor, a suspensão do tráfico de escravos negros.<sup>5</sup> Problemas sociais ligados à dificuldade de acesso à terra e de

3 Ver As relações Alemanha-América Latina no passado e no presente. In: Perfil da Alemanha (Publicado pelo Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal, Redação: Dr. Arno Kepler (texto), 1997, p. 570 a 584.

4 KREUTZ, Lúcio. Magistério e Imigração Alemã: o professor católico teuto-brasileiro da Restauração. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, p. 62.

5 Ver CROUZET, Maurice (org.) História Geral das Civilizações. São Paulo, DIFEL, 1969.

acesso restrito a ocupações satisfatórias no meio urbano disponibilizaram numerosos contingentes populacionais dispostos a migrarem. Houve a convergência de interesses de empresas navegadoras, de agentes de migrantes e da atuação de organizações políticas, sociais e religiosas que proporcionaram ambientes e condições favoráveis à emigração de alemães. Ressalte-se, no entanto, que, nesta dinâmica, houve questionamentos e posições contrárias às políticas favoráveis à emigração. No caso das migrações de alemães para o Brasil, os debates a partir de relatos, que davam conta de situações precárias vividas por alemães, influenciaram para que fossem criadas restrições a estes fluxos migratórios. Assim, milhões de pessoas emigraram sem estarem submetidas a um planejamento consistente em que pesavam o crescimento demográfico, decisões pessoais, a insatisfação e o impulso de se arrisarem em busca de uma vida melhor.

De acordo com Arno Keppler, a imigração alemã na América Latina após as independências ocorreu, na maioria “para o Brasil, opção mais favorável” em função de o reconhecimento ter sido “anterior ao reconhecimento das antigas colônias espanholas” por parte das potências europeias, inclusive pela Prússia. O mesmo autor menciona “uma política organizada de povoamento por imigrantes alemães”. Georg von Schäffer teria planejado “uma rede de pontos de apoio formada por pequenas propriedades agrícolas”, destinada a proteger as fronteiras e fornecer gêneros agrícolas.<sup>6</sup> No caso do Brasil, estas migrações passaram a se dirigir, preferencialmente, para as regiões Sudeste e Sul do país, destacando-se, a partir de 1824, data da fundação da colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. No final desta década, sempre por iniciativa do governo imperial, também foram estabelecidos colonos alemães em São Pedro de Alcântara e Mafra (SC) e em Rio Negro (PR), no ano de 1829.

Além destes grupos de alemães situados na porção meridional do país, foram criados outros núcleos isolados em outras localidades do território brasileiro, como Nova Friburgo (RJ), em 1818, Santo Amaro (SP), em 1828, Santa Izabel e Santa Leopoldina (ES), fundadas respectivamente em 1847 e 1857; Nova Friburgo e Petrópolis (RJ), em 1819 e 1845; Teófilo Otoni e Juiz de Fora (MG), em 1847 e 1852; e São Jorge dos Ilhéus (BA), em 1818. Destas, fora as da região sul, as que mais marcaram a identidade germânica foram as do Espírito Santo.<sup>7</sup> A maioria dos imigrantes alemães do Espírito Santo, deste momento inicial, era procedente da Pomerânia (Santa Maria e Domingos Martins) e da Renânia.

6 Ver As relações Alemanha-América Latina, op. Cit., p. 582 e 583.

7 MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no Sul do Brasil. Campinas: 1993. Tese (Doutorado), UNICAMP, 1993, p. 12

A intensificação da imigração só aconteceu após 1850, quando a colonização passou a ser responsabilidade dos governos provinciais, sendo que a vinda de alemães, quase exclusiva no início e embora crescente, foi cedendo em volume a outras etnias, destacando-se portugueses, italianos, espanhóis. A iniciativa privada contribuiu na fundação de colônias em Santa Catarina destacando-se a Colônia Blumenau (Hermann Blumenau e Ferdinand Hackradt), em 1850, e a Colônia Dona Francisca, atual Joinville ( Sociedade Hamburguesa), em 1851.

Com relação ao Paraná, houve a migração para Castro, em 1855, e, de 1877 a 1879, chegou número apreciável de alemães do Volga, os teuto-russos. A partir da imigração de teuto-russos foram criadas colônias nas proximidades de Curitiba, abrangendo partes dos Campos Gerais. Estevão Müller<sup>8</sup> trata de imigrantes no Paraná de etnia alemã “de outras regiões da Europa, dominadas pela Rússia, além dos que habitavam as regiões do Volga”. Seriam os bucovinos da Bucovina, os suábios do Danúbio, outros vindos das regiões do Volga, da Sibéria, da Ucrânia e de outras regiões do vasto império soviético. Segundo o autor, em 1887/1888 teriam vindo a Rio Negro os bucovinos. Estes teriam migrado da Baviera para a Bucovina em 1840/1841. De Rio Negro foram para Lapa e Colônias vizinhas. Eram católicos. No município de Palmeira, foram fundados outros povoados com migrantes teuto-russos. Foram separados por religião, sendo os católicos encaminhados para os núcleos Pugas, Lago, Santa Quitéria e Alegre e os protestantes para os lotes Papagaios Novos e Quero-Quero.

A maioria dos alemães chegou no início do século XX, estabelecendo-se em Curitiba, Ponta Grossa, Palmeira, Rio Negro, Ivaí, Irati, Cruz Machado. Mais tardes, no contexto de conflitos bélicos, Suábios da região do Danúbio migraram para Guarapuava, estabelecendo-se em Entre Rios e migrantes oriundos de Danzig dirigiram-se a Cambé e Rolândia.<sup>9</sup>

## ORIGENS E DESTINOS DIVERSOS

■ Esta imigração obedecia a uma política de povoamento do governo imperial, objetivando a ocupação de espaços e “vazios demográficos”. Por parte das províncias também havia políticas de imigração para o povoamento, além de garantir mão-de-obra “livre” para as lavouras de café. Houve investimentos em propagan-

8 MÜLLER, Estevão. De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Marienthal (Lapa, PR). Curitiba, Editora Champagnat, 2005, p. 19 e 38 a 40.

9 Ver STEIN, Marcos. In: VITEC, Harto. Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1929-2009). Marechal Cândido Rondon, Editora Germânica, 2011.

das para atrair os imigrantes, envolvendo governos, companhias de colonização e agentes. O agenciamento, o transporte, a recepção, o cumprimento de compromissos, a aceitação de costumes, as práticas religiosas estiveram repletos de percalços, o que provocou reações e críticas, bem como tentativas de proibir e impedir as migrações de alemães para o Brasil.

Houve uma significativa variedade de regiões de procedência de grupos alemães que se dirigiram para o Brasil, durante o século XIX, atestando ampla heterogeneidade cultural. A tabela 02, baseada em Emílio Willems, proporciona uma visão panorâmica da procedência de alguns fluxos iniciais de imigrantes para algumas localidades no Brasil durante o século XIX.

**Tabela 02.** *Procedência de alguns grupos alemães para o Brasil*

<b>Localidade</b>	<b>Fundação</b>	<b>Origem</b>
São Leopoldo RS	1824	Hunsrück, Saxônia, Württemberg, Saxônia-Coburg
Santa Cruz RS	1849	Renânia, Pomerânia, Silésia
Santo Ângelo RS	1857	Renânia, Saxônia, Pomerânia
Nova Petrópolis RS	1859	Pomerânia, Saxônia, Boêmia
Teutônia RS	1868	Westfália
São Lourenço RS	1857	Pomerânia, Renânia
Blumenau SC	1850	Pomerânia, Holstein, Hannover, Braunschweig, Saxônia
Brusque SC	1860	Bade, Oldenburgo, Renânia, Pomerânia, Schleswig-Holstein, Braunschweig
Joinville SC	1851	Prússia, Oldenburgo, Schleswig-Holstein, Hannover, Suíça.
Curitiba PR	1878	Teutos do Volga
Santa Isabel ES	1847	Hunsrück, Pomerânia, Renânia, Prússia, Saxônia
Santa Leopoldina ES	1857	Pomerânia, Renânia, Prússia, Saxônia

Nota: Tabela organizada pelo autor, baseada em informações de Willems, 1980, p. 38-39.

A composição dos grupos de imigrantes e os seus destinos dependiam de agentes na Alemanha, que tinham a tarefa de convencer, organizar e encaminhar, e de receptores brasileiros, que os distribuía, considerando habilidades, interesses (geo)políticos, econômicos. A entrada dos alemães no Brasil, durante o Primeiro Império, ocorria pelo Rio de Janeiro a partir do qual eram organizados e encaminhados aos seus locais de destino. Depois, foram utilizados outros portos, como o de Santos, de Itajaí, de Rio Grande. As colônias, depois de criadas, iam recebendo colonos de diferentes origens. Desta forma, as colônias poderiam ser formadas e compostas por falantes do alemão oriundos de diversas localidades da Europa. A região do Hunsrück forneceu um importante contingente de imigran-

tes camponeses para as colônias da Região Sul, os quais, majoritariamente, eram católicos e falavam o dialeto alemão hunsrück.

Em termos de heterogeneidade e pluralidade de nacionalidades, representadas no Brasil por fluxos quase que contínuos até 1940, o processo de imigração e colonização revela algumas características específicas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nestes estados, a presença de europeus não portugueses fez com que se formassem núcleos com grupos étnicos com (auto)identidades próprias e culturalmente distintos. Outra característica importante eram os objetivos e as formas de colonizar a porção meridional do Brasil, que buscava o povoamento com colonos, pequenos agricultores que produzissem alimentos em lotes de sua propriedade. Por outro lado, a finalidade da política imigratória adotada na província de São Paulo era solucionar a carência de mão-de-obra nas propriedades destinadas ao cultivo do café. No Sul, interessava povoar áreas de florestas próximas a vales de rios, destacando-se os do Jacuí e Itajaí, fazer do povoamento e da colonização mecanismos de conquista e de manutenção de domínios territoriais.

Além disso, e talvez o fato mais importante, é o de que a concentração de colonos de mesma origem étnica contribuiu na formação de grupos, nas colônias e dentro delas, relativamente homogêneos e isolados. Nestas, a inserção de imigrantes de outras origens étnicas e de brasileiros ocorreu, principalmente, depois do advento da República, em 1889. Neste contexto, os objetivos e orientações do poder público estiveram voltados para a formação de colônias mistas, contrariando interesses empresariais privados de colonização, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, que vislumbravam maiores facilidades de mercantilização de terras na formação de núcleos mais homogêneos. Os povoados formados dentro dos núcleos coloniais, denominados de linhas, tendiam a receber colonos de origens étnicas e religiosas semelhantes, favorecendo a formação de comunidades mais homogêneas.

Estas situações estão contextualizadas no debate da questão racial no país. De um lado, a ideologia do branqueamento via no abrasileiramento e na mestiçagem de alemães a melhoria da “raça brasileira”. De outro lado, aumentava a preocupação referente ao perigo da formação de “quistos étnicos” no Brasil. A resistência cultural e a busca de integração à nação brasileira geraram tensões, que variavam em intensidade e gravidade de acordo com situações (geo)políticas nacionais e internacionais. Cabe observar que estes núcleos coloniais abrangiam e influenciavam áreas bem mais amplas do que as áreas atuais dos respectivos mu-

nicípios, além da expansão das descendências em seus arredores e por áreas bem mais amplas em décadas e séculos posteriores.

## ALGUNS DADOS E SEUS SIGNIFICADOS

■ Os registros e fontes sobre a presença de alemães nestas e outras localidades apontam para uma migração de alemães para o Brasil durante os séculos XIX e XX. Cabe observar que, por um lado, tais fontes foram produzidas por instituições e órgãos, os mais diversos, que apontam para o que ocorreu nestes tempos. São informações e dados a serem considerados. Por outro lado, as migrações se constituem em fenômenos complexos e de imprecisões em seus registros. As estatísticas sobre a imigração no país prescindem de fontes consistentes e, no caso da imigração de alemães, a complexidade merece ser considerada. Os esforços de captar a mobilidade de alemães para o Brasil e no Brasil e inseri-la em estatísticas, em narrativas e em outros suportes de registros, resultaram, pois, em acervos produzidos na Alemanha, no Brasil e em outras localidades. Neste texto, estou apenas apontando para uma teia complexa de informações e seus suportes que merece ser contextualizada, sendo a Gênese documental um aspecto.

Considero pertinente atentar para as temporalidades e para as espacialidades. Não tenho resposta precisa à pergunta: o que é ser migrante alemão no século XIX, ou em meados do século XX? As fronteiras em relação à Alemanha e seus limites territoriais apresentam flexibilidades durante os últimos séculos. Isto em função da época da unificação alemã (1870), da instabilidade das fronteiras nacionais na Europa, da presença dos falantes de variantes e dialetos do alemão além das fronteiras históricas da Alemanha, das migrações dentro da Europa e das destabilizações étnico-culturais em função de conflitos e de desterrados da Europa central. Volto a estas questões mais adiante.

No entanto, os dados de Mauch da tabela 01, referentes entre 1824 e 1969, servem de parâmetros para mostrar a dinâmica dos fluxos de migrantes alemães para o Brasil em diferentes épocas. Atentar para os períodos, os números totais e as médias anuais possibilita perceber que a migração foi mais intensa de 1872 a 1939. As décadas de 1910 a 1939 apresentam médias anuais mais expressivas.



**Tabela 01.** *Imigração Alemã no Brasil*

<b>Período</b>	<b>Total</b>	<b>MÉDIAs Anuais</b>
1824-47	8.176	355
1848-72	19.523	813
1872-79	14.325	2046
1880-89	18.901	2100
1890-99	17.084	1898
1900-09	13.848	1539
1910-19	25.902	2878
1920-29	75.801	8422
1930-39	27.497	3055
1940-49	6.807	756
1950-59	16.643	1849
1960-69	5.659	629

Fonte: Mauch et al., 1994, p. 165.

Grosso modo, de acordo com o IBGE, a população de origem alemã nas décadas de 1940 e 1950 girava em torno de 20% da população total nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 7% no Paraná e 2,5% em São Paulo. Estes números de centenas de milhares de imigrantes alemães no Brasil podem ter vários significados. Podem conter (como contêm de fato) indivíduos e grupos diversificados no que se refere às condições econômicas e sociais, às habilidades e profissões, no que tange à religiosidade, a posições políticas, etc. Migraram camponeses sem acesso à terra, artesãos, trabalhadores livres, profissionais qualificados, empreendedores, perseguidos políticos, pessoas contratadas para trabalhos nas colônias, nos governos e em combates. Ou seja, estes migrantes eram portadores de experiências plurais.

Por outro lado, as suas vivências no Brasil também foram as mais variadas. Um número significativo de imigrantes alemães no Brasil dedicou-se às lidas do meio rural. Parte dos imigrantes alemães que vieram para o Brasil foram ou tornaram-se proprietários de terras por ocasião da sua chegada e/ou posteriormente. Muitas outras atividades eram exercidas, tanto quanto artesãos, industriais, comerciantes e profissionais do meio urbano, bem como religiosos e professores. Outros permaneceram ou foram para as cidades, seja devido à falta de infraestrutura nas colônias, seja pela não adaptação às condições da vida rural e do trabalho agrícola no Brasil ou até mesmo por não terem tido a experiência das lidas do

campo. No seu conjunto, a descendência alemã no território brasileiro está distribuída de forma semelhante a outros grupos étnico/culturais oriundos da Europa. Participam da distribuição desigual no que se refere à renda e ao acesso à terra. Estão inseridos no tecido social brasileiro. Têm acesso a níveis médios mais elevados de renda e de formação escolar, se comparados a descendentes de escravos africanos, aos indígenas e aos caboclos.<sup>10</sup>

## AS MIGRAÇÕES INTERNAS

■ Desta forma, os colonos migrantes (alemães, italianos, poloneses, ucranianos, dentre outros) foram portadores de valores, de culturas e de estilos de vida, a partir dos quais se adaptaram, construíram e constituíram um novo espaço social inserido num contexto mais amplo, que condicionou e condiciona modos de ser de migrantes e de seus descendentes.

Mesmo assim, os imigrantes que se fixaram, enquanto camponeses, nas colônias na região Sul do Brasil, não se destacaram numericamente no contexto da imigração brasileira. Mas, cabe considerar a época da fundação das colônias, principalmente as de alemães, que chegaram durante cinco décadas antes que os outros grupos étnicos. Começaram a colonizar as terras florestais desta região do país, e se se considerar o número de descendentes, o significado de sua presença se modifica consideravelmente. Os alemães iniciaram as migrações e a fundação de colônias no Brasil várias décadas antes do que outros grupos étnicos. Quando, no final do século XIX, imigrantes de outras nacionalidades iniciaram seus fluxos migratórios massivos para o Brasil, várias comunidades alemãs já estavam estruturadas. Já havia descendentes seus nascidos no Brasil. Magalhães<sup>11</sup> mostra, sem precisar a época, que a taxa de fecundidade dos alemães era de 8 a 9 filhos para as mulheres que casavam entre 15 e 19 anos e de 7 filhos para as mulheres que casavam entre 20 e 24 anos. Pode-se, assim, observar que tal crescimento, junto a condições socioeconômicas, foi responsável pelo aumento do número de colônias, bem como pelos deslocamentos para diversas localidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e para outras regiões brasileiras. Cabe mencionar, ainda, as migrações para a Argentina, o Paraguai e a Bolívia de descendentes de alemães do Brasil.

10 Ver ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969. E WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

11 MAGALHÃES, op. Cit., 1993, p. 12.

Tais deslocamentos para novos núcleos, iniciados no final do século XIX, assumiram intensidade e abrangência a partir da segunda década do século XX. Os descendentes de imigrantes europeus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina enfrentaram a carência de terras nas suas colônias e as elites sulinas buscavam restringir o povoamento com imigrantes e seus descendentes às áreas florestais da região. Os imigrantes alemães, italianos e poloneses que constituíram um espaço de colonização no Rio Grande do Sul, ampliado por um processo de *enxameamento*<sup>12</sup>, ocuparam as terras florestais do Norte e Nordeste rio-grandense até o final de 1940. As áreas de campo, na porção central e do Sul mantiveram os latifúdios pecuaristas e não foram disponibilizadas para a formação de núcleos coloniais para absorver descendentes de imigrantes. Estes tiveram um espaço limitado para desenvolverem suas atividades agropecuárias voltadas à policultura, uma vez que as áreas destinadas à pecuária, antes da chegada dos imigrantes, mantiveram-se dominadas pela economia tradicional, obrigando, mais tarde, os mesmos a subdividirem as colônias com as novas gerações ou migrarem para o Oeste catarinense, para o Sudoeste e Oeste paranaense. Em Santa Catarina e no Paraná, reproduziram-se situações semelhantes às das áreas coloniais do Rio Grande do Sul, sendo que as suas áreas de campo e de latifúndio eram proporcionalmente mais reduzidas.

Nestas circunstâncias, a busca de novas terras configurou o Rio Grande do Sul como um estado expulsor de população e o Paraná como um estado receptor. Santa Catarina, por sua vez, expelia migrantes das áreas mais próximas do litoral e recebia migrantes mais a oeste do estado. O Paraná foi o estado receptor por excelência.<sup>13</sup> Tal processo foi intensificado a partir de 1920, aumentando a migração para o estado do Paraná. Nas décadas de 60 e 70, quando surgiram novas frentes de colonização nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, destacando-se os Estados do Mato Grosso e Rondônia, além das frentes de colonização no Paraguai, no norte da Argentina e na Bolívia, as correntes migratórias do Sul forneceram grandes contingentes de euro-brasileiros para a ocupação de frentes pioneiras. Tem-se, pois, um amplo espaço de presença de colonos descendentes de imigrantes alemães pelo território brasileiro, não mais em grupos tão homogêneos, mas com a manutenção, adaptação e a reconstrução de características de identidade germânica.

---

12 ROCHE, op. Cit.

13 GREGORY, Valdir. Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações e identidades no Oeste do Paraná. Cascavel, Edunioeste, 2002, p. 68

Outro aspecto a se considerar é o fato de que imigraram alemães para os núcleos urbanos das colônias e para centros urbanos maiores das cidades brasileiras, atuando no comércio, na indústria e nos serviços. A partir do desenvolvimento de regiões coloniais e do crescimento demográfico, além das migrações para novas colônias e frentes de colonização, ocorreu continuamente o êxodo rural, que se intensificou a partir da modernização agrícola dos anos sessenta do século XX. Em algumas cidades coloniais, há o predomínio de população germânica, que mantém fortes marcas culturais da sua germanidade. Em diversas localidades, as marcas da presença de descendentes de imigrantes alemães são enaltecidas. São preservados e reforçados estilos arquitetônicos germânicos, adaptados e modificados nas casas e prédios privados e públicos. A língua continua sendo falada em ambientes familiares e de encontros comunitários e festivos. Festas populares tornaram-se manifestações étnico-turísticas da imigração alemã em algumas localidades.<sup>14</sup>

Alguns dados servem para a leitura do processo de expansão geográfica dos alemães pelo território brasileiro. Um aspecto a ser considerado é a presença de “igrejas étnicas” no território brasileiro. É o caso da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (ICLB) e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e da Igreja Evangélica Congregacional do Brasil (IECB). Em 1992, havia 375 paróquias da IECLB no Brasil, das quais 237 (63%) na Região Sul, 64 na Região Sudeste (31 no ES), 29 na Região Norte, 26 no Centro Oeste, 18 no Nordeste. A IECLB foi criando, nas últimas décadas, paróquias nas frentes de colonização nos seus distritos eclesiais do Centro-Oeste: Mato Grosso, Rondonópolis (sudeste de Rondônia e noroeste de Mato Grosso), Alto Rio Madeira (norte de Rondônia e Acre) e Rio Machado (centro de Rondônia): Goiânia (1953), Brasília (1958), Taguatinga (1969), Mineiros (1982), Planaltina (1985), Barreiras (1986), Porto dos Gaúchos (1961), Cuiabá (1971), Sinop (1975), Jaciara (1978), Alta Floresta (1985), Canarana, Matupá, Primavera do Leste e Sorriso (pós-1986), Vilhena (1976), Colorado d’Oeste (1977), Juína e Juruena (pós-1986), Cacoal (quatro paróquias: 1974, 77, 78), Pimenta Bueno (1976), Rolim de Moura e Alta Floresta d’Oeste (1978), Espigão d’Oeste e Nova Brasilândia d’Oeste (pós-1986), Ji-Paraná (1976), Porto Velho (1983), Itapuá d’Oeste e Rio Branco (pós-1986).<sup>15</sup>

14 Ver STEIN e GREGORY. In: VITEC, Harto. Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1929-2009). Marechal Cândido Rondon, Editora Germânica, 2011.

15 HAESBERT, Rogério. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói, EDUFF, 1997.

É importante destacar que as migrações das áreas de colonização e de outras regiões do país para as novas fronteiras agrícolas tiveram a participação de descendentes de diversas etnias das regiões coloniais e que muitos descendentes de alemães não são protestantes luteranos, podendo ser católicos, sem religião ou de outras profissões religiosas. No entanto, a formação de uma rede de igrejas luteranas nas frentes de colonização é um sintoma da presença de uma parcela e descendentes de alemães, mesmo católicos, pelo território brasileiro, caracterizando vasta influência germânica.

## A NEGOCIAÇÃO DE IDENTIDADES

■ Os alemães se difundiram pelo território e entre a população brasileira, marcando fortemente determinadas áreas e influenciando outras. Esta difusão, no entanto, provocou a necessidade de integração e de convivência com brasileiros de outras origens étnico-culturais, exigindo a predominância de elementos culturais brasileiros. Aproximo estas observações, mesmo que seja em outro contexto, dos debates das fronteiras étnicas de Frederick Barth.<sup>16</sup> Acrescente-se que os meios de comunicação de massa e a globalização estão a interferir fortemente sobre identidades de minorias.

Muitas vezes, os laços familiares, o desejo de permanecerem próximos aos parentes e conhecidos, após a constituição de novas famílias, contribuiu para que grupos familiares adquirissem lotes coloniais nas novas frentes de colonização para, então, se deslocarem em grupos. Isto ocorreu, principalmente, nas colônias do Nordeste do Rio Grande do Sul, do Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná. O grupo familiar poderia, também, ser ampliado e/ou substituído pelos laços de vizinhança e da comunidade. Por outro lado, nas antigas colônias, os que ficavam se empenhavam em adquirir os lotes de terra dos colonos que partiam, com o objetivo de manter seus filhos e netos próximos.

Tanto os imigrantes como os descendentes de imigrantes, em geral, mantiveram alguma ligação com a cultura e a sociedade de origem, por maiores que fossem as pressões no sentido da assimilação. Giralda Seyferth<sup>17</sup> afirma que “guardam sempre alguma forma de identificação étnica, por mais que os laços com seus países de origem estejam diluídos. Assim, os fenômenos chamados pelos especialistas de ‘absorção’, ‘assimilação’ e ‘aculturação’ não impedem a persistência

16 BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTIGNAT, Philippe. Teorias de etnicidade. São Paulo UNESP, 1998.

17 SEYFERTH, op. Cit., p. 79.

do componente étnico da identidade social dos descendentes de imigrantes, por mais que estes estejam integrados à nova sociedade.”

Na maioria das vezes, o sentimento de pertencimento a uma identidade étnica é definido a partir de elementos como a língua falada no âmbito das relações familiares, os hábitos e outros costumes, os estereótipos associados à condição étnica, além de outros fatores. Neste sentido, Seiferth<sup>18</sup> comenta que “a utilização da língua alemã no meio familiar, certos padrões alimentares, além de outras características, peculiares à ideologia étnica teuto-brasileira (como a concepção de que a eficiência e a capacidade de trabalho decorrem da germanidade, o ideário da *Wohnkultur* – hábito de morar bem, de viver bem), são os elementos que, na opinião dos colonos de origem alemã, os distinguem dos demais.”

Há “assimilação” e “aculturação” das culturas originais imigrantes. Portanto, alguns valores culturais e ideológicos desapareceram, outros permaneceram ou sofreram adaptações. Dentre os elementos culturais mais valorizados estão a língua e alguns costumes, tanto para os colonos como para os que moram em áreas urbanas. Já as diferenciações ocorrem no aspecto religioso, moral e familiar, seja entre imigrantes de etnias diferentes, seja em relação aos brasileiros, cujos convívios se caracterizam por tensões, preconceitos, interações mais intensos e/ou mais leves dependendo de situações internas ao Brasil e/ou de situações envolvendo crises geopolíticas no mundo ocidental. Ocorrem, pois, construções e negociações identitárias de acordo com oscilações nas disputas por hegemonias e ideologias discursivas no tecido social brasileiro. Refiro-me a discursos nas esferas políticas e acadêmicas. Introduzir novos valores ou valores estranhos na cultura de um grupo significa criar um momento de instabilidade, de mudança de atitudes. Emílio Willems<sup>19</sup> comenta que as tentativas de conservar certos valores culturais originários tomam, por vezes, a feição de centros de resistência à assimilação, como por exemplo, na escola, na Igreja Evangélica alemã e na imprensa. Dessa forma, a defesa da identidade étnica e cultural de parcelas de populações de origem ou descendência alemã estabeleceu uma espécie de ideologia, o *Deutschtum* ou “germanismo”. Este conceito assumiu, nos textos produzidos sobre o assunto, o significado étnico-nacional, em alguns momentos, e o sentido cultural, em outras ocasiões.

---

18 SEIFERTH, op. Cit., p. 91.

19 WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2 ed. São Paulo : Ed. Nacional, 1980, p. 149.

Um dos exemplos mais significativos de resistência cultural foi a criação e a manutenção de escolas vinculadas a comunidades evangélicas e católicas nas colônias alemãs.

**Tabela 03.** *Estatística das Escolas Alemãs no Brasil – 1931*

Estado	Evangélica		Católica		Mista		TOTAL	
	Esc.	Alu.	Esc.	Alu.	Esc.	Alu.	Esc.	Alu.
RS	549	18.938	362	16.666	41	1474	952	37.078
SC	116	4.874	80	4.920	82	3.052	297	12.346
PR	10	309	7	1.142	17	731	34	2.182
SP	6	295	2	609	21	2.261	29	3.165
RJ	1	30?	-	-	4	400?	5	430?
ES	21	705	-	-	1	12	22	717
MG	2	76	-	-	-	-	2	76
BA	-	-	-	-	2	67	2	67
PE	-	-	-	-	1	20?	1	20?
GO	-	-	-	-	1	15?	1	15?
TOTAL	705	25.227	451	23.337	169	8.032	1.345	56.596

Fonte: Mauch et al., 1994, p. 157.

Em torno da escola, como também da igreja e de associações, o cultivo e a preservação de elementos culturais se estendeu a diversas gerações, persistindo mais ou menos até os dias atuais. Pode-se afirmar que alguns dos elementos de preservação e difusão da língua e da cultura alemãs por parte dos imigrantes e descendentes alemães, referem-se à escola comunitária, à imprensa, à ênfase no associativismo, na organização das comunidades religiosas, entre outros. Tendo os imigrantes alemães e seus descendentes vivido relativamente isolados durante algumas décadas, as primeiras escolas e igrejas foram organizadas por eles mesmos. Os professores, a princípio, eram pessoas da colônia, mas com o desenvolvimento destas, vieram os religiosos, que, muitas vezes, se dedicavam, também, ao ensino. Da Alemanha vieram professores contratados pelos colonizadores, cujo papel tinha por meta ensinar a ler, a escrever, a contar e a transmitir valores comunitários e culturais, o que poderia significar manter e reforçar costumes e tradições.

De uma forma geral, o governo imperial e os governos das províncias não tomaram iniciativas significativas com relação à educação nas colônias. Seyferth<sup>20</sup> lembra que “as escolas não surgiram apenas por motivos étnicos, mas, sobretudo,

20 SEYFERTH, op. Cit. p. 82. Ver também Kreutz, op. Cit.

porque o governo brasileiro não teria dado maior atenção à questão do ensino nas regiões povoadas com imigrantes. Para evitar o problema do analfabetismo, eles próprios tomaram a iniciativa de estabelecer escolas, inicialmente comunitárias e depois particulares, que, com o tempo, se transformaram em ‘escolas étnicas.’” Por consequência, milhares de descendentes de imigrantes foram instruídos na língua alemã e com precário conhecimento da língua oficial brasileira.

O resultado deste processo pode resumir-se no “teuto-brasileiro”, ou seja, pessoas que tem no horizonte seus direitos e suas obrigações perante a sociedade e, ao mesmo tempo, moldadas com entusiasmo à língua e às tradições culturais de origem. Aos poucos a língua alemã tornou-se uma espécie de símbolo. Além do ensino da língua alemã, em praticamente todas as colônias, tal fato, por consequência, acabou por estimular o crescimento de publicações de obras literárias e poéticas, de jornais, de revistas e de almanaques, num período que se estendeu até o Estado Novo (1937-1945), quando foi intensificada a campanha de nacionalização. Grande parte dos jornais, revistas e almanaques em língua alemã não se recuperou em relação à sua importância anterior, restringindo-se a alguns semanários, suplementos e publicações de caráter religioso, que continuam até hoje. Estes escritos eram divulgados, tanto para o interior dos núcleos coloniais como para outras províncias. Cabe observar que tais publicações eram sustentadas por estruturas de produção e de distribuição vinculadas a igrejas, associações, congregações religiosas, movimentos políticos e engajamentos culturais. Ou seja, vislumbra-se que havia leitores de língua alemã dispersos pelas áreas de presença de imigrantes e descendentes de alemães.

Assim como a escola, as capelas tiveram grande importância na vida dos imigrantes e descendentes, pois serviam ao mesmo tempo como um local de culto, escola e salão de festas. Esta organização em torno da capela remete a outro aspecto semelhante, desempenhado pelas associações assistenciais e recreativas. Segundo Seyferth<sup>21</sup> “as associações tiveram duplo papel: assumiram um caráter de cunho recreativo e/ou assistencial e serviram à coesão dos grupos étnicos.” Exemplo disto são as sociedades recreativas e esportivas (clubes de caça e tiro, salões de baile, jogos de bolão). Eram atividades de lazer e ao mesmo tempo um lugar de cultivo e preservação de costumes e hábitos dos imigrantes que, aos poucos, foram sendo assimilados pelos brasileiros. No entanto, muitas outras associações que, por terem assumido a divulgação de ideologias étnicas específicas, foram rechaçadas a partir de 1939.

---

21 SEYFERTH, op. Cit., p. 53.



## MARCAS DA GERMANIDADE

■ Características específicas, comunidades diferentes e homogêneas, língua e religião, Alemanha na geopolítica e nas relações internacionais são fatores que costumavam chamar a atenção de autoridades e estudiosos sobre o papel dos alemães no Brasil. Esta situação assumia conotações mais graves durante períodos de tensão, como durante as duas Guerras Mundiais. Exemplos disso foram várias ações desenvolvidas durante o Estado Novo, durante o qual ocorreram repressões e perseguições por motivos étnico-culturais, justificados por motivações políticas de caráter nacionalista.

Como resultado do processo de nacionalização, as expressões públicas de germanidade diminuíram. A língua alemã passou a ser falada menos em público. Diminuíram também as atividades das sociedades e clubes recreativos. A educação passou a ser feita na língua portuguesa. Em certos meios, ser alemão assumia uma conotação de inferioridade, de negação, de exclusão. No entanto, a memória, que não pode ser expressa publicamente, não deixou de se manifestar, até na clandestinidade, e continuou lembrada e transmitida de geração para geração.

De forma geral, a imigração e a colonização alemã no Brasil tiveram um importante papel no processo de diversificação da agricultura, urbanização das cidades, industrialização e cultura, ou seja, em grande parte, acabaram preenchendo e complementando espaços não-preenchidos na estrutura ocupacional brasileira tradicional. Na esfera da religião, muitos pastores, padres e religiosos são descendentes de alemães. Houve e há a presença de descendentes de alemães em posições nas hierarquias de várias instituições religiosas no Brasil. Várias igrejas luteranas foram implantadas com a chegada dos imigrantes e o próprio ritual católico adquiriu certas especificidades nas comunidades alemãs. A vida cultural dos imigrantes também influenciou, por meio de diversas formas a sociedade brasileira, podendo-se destacar certos hábitos alimentares, encenações teatrais, canções, corais de igrejas, bandas de música, programas radiofônicos e outras influências.

Ciro Damke<sup>22</sup> fez um estudo sobre músicas populares alemãs no sul do Brasil cantadas até os dias atuais. Ele informa que o tema da saudade seria o mais recorrente nestas letras de músicas, ou seja, “saudade da *Heimat* (terra natal): *Liebe Heimatland, ade* (querida pátria, adeus); *Tirol, Tirol, Du bist mein Heimatland* (Tirol, Tirol, você é minha terra natal)”.

---

22 DAMKE, Ciro. *Volkslieder* (músicas populares alemãs) no sul do Brasil: aspectos linguísticos, socioculturais e identitários. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

Exemplos característicos são as festas étnicas como a *Kerbfest* e a *Octoberfest*. A *Oktoberfest* foi surgindo como uma forma de manifestação contra as atitudes tomadas pelo Estado Novo em proibir atividades culturais que identificassem a germanidade. Hoje, ela é uma festa que simboliza a alegria alemã, tendo incorporado, com adaptações, modificações e invenções, a gastronomia, a música, a língua alemãs.<sup>23</sup>

## CONSIDERAÇÕES GERAIS

■ A contribuição alemã na colonização e na formação da sociedade brasileira é marcante e característico em vários aspectos. Foi uma imigração organizada que iniciou primeiro e predominou até a década de 70 do século XIX. As questões que envolvem a língua (não-latina), a escola e a religião revelam forte resistência e marca da diferença, uma vez que o alemão continua sendo falado. Instituições religiosas marcadas por tradições germânicas atuam em grande parte do território brasileiro. A escola e a imprensa alemãs contribuíram nos índices de alfabetização e de difusão de hábitos de leitura. A formação de um camponato típico, com forte herança da Europa Central e significativa contribuição na agricultura familiar no Brasil é responsável pela criação de determinados animais e pelo cultivo de produtos agrícolas, a exemplo da suinocultura e da triticultura, e pela estruturação de uma forte agroindústria cooperativa e privada. Intercâmbios científico-tecnológicos entre a Alemanha e o Brasil vem contribuindo em avanços na academia e em inovações científico-tecnológicas.

■ **Valdir Gregory** | Doutor em História pela UFF/Niterói, Professor Associado da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná e líder do grupo de pesquisa Cultura, fronteiras e desenvolvimento regional.

---

23 Ver texto de GREGORY e STEIN. In: VITEC, Harto. Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1929-2009). Marechal Cândido Rondon, Editora Germânica, 2011, p. 360ss.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- As relações Alemanha-América Latina no passado e no presente. In: *Perfil da Alemanha* (Publicado pelo Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal, Redação: Dr. Arno Kepler (texto), 1997, p. 569-604.
- BARTH, Fredrick. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe. *Teorias de etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- CROUZET, Maurice (org.). *História Geral das Civilizações*. São Paulo: DIFEL, 1969.
- DAMKE, Ciro. *Volkslieder* (músicas populares alemãs) no sul do Brasil: aspectos linguísticos, socioculturais e identitários. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.
- GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações e identidades no Oeste do Paraná*. Cascavel: Edunioeste, 2002.
- HAESBERT, Rogério. *Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.
- <http://www.rodrigotrespach.com/2013/01/01/ano-da-alemanha-no-brasil-2013-2014/>, acessado em 17/04/2013.
- KREUTZ, Lúcio. *Magistério e Imigração Alemã: o professor católico teuto-brasileiro da Restauração*. São Paulo, 1985. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. *Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pangermanista no Sul do Brasil*. Campinas: 1993. Tese (Doutorado), UNICAMP, 1993.
- MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira (Orgs.) *Os Alemães no Sul do Brasil: Cultura, etnicidade e história*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.
- MÜLLER, Estevão. *De Marienthal (Alemanha, Rússia) a Mariental (Lapa, PR)*. Curitiba: Editora Champagnat, 2005.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília : UnB, 1990.
- VITEC, Harto. *Imigração alemã no Paraná: 180 anos (1929-2009)*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica, 2011. 259 p.
- WAIBEL, Léo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
- WILLEMS, Emílio. *A Aculturação dos Alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.